



Há 115 anos surgia  
das barricadas o 1º  
governo dos operários:  
a Comuna de Paris

## Unidade a bandeira da esperança



O PC do B reuniu em Brasília delegados e lideranças comunistas de todo o país. Resoluções da reunião pública do Partido, nas páginas 3, 4, 5, 6 e 8.

### EDITORIAL

## PC do B: gloriosa legenda do proletariado brasileiro

Transcorre no dia 25 de março o 64º aniversário do Partido Comunista do Brasil. É uma data que em toda a vastidão do território nacional será entusiasticamente celebrada pelos membros do Partido, seus amigos e simpatizantes, pelos democratas e progressistas sinceros.

Pela primeira vez, depois de uma longa noite que durou cerca de 40 anos, o aniversário da organização de vanguarda do proletariado brasileiro será comemorado sem restrições antidemocráticas. Seus seguidores e adeptos poderão ostentar livremente os símbolos do Partido e proclamar abertamente suas idéias. É, seguramente, um dos resultados das conquistas democráticas do nosso povo.

Ao relembrar a gloriosa data do 25 de março, os comunistas brasileiros passam em revista a história de uma legenda que, pelo papel que jogou e joga na vida nacional ao longo destas mais de seis décadas, pelas vicissitudes que passou e pelas contribuições que tem dado à luta pelas causas democráticas, nacionais e progressistas, se converteu em patrimônio não de uma facção estranha à sociedade, mas em legenda popular abraçada e seguida por grandes massas.

O aniversário de fundação do Partido é comemorado quase que simultaneamente ao de sua reorganização, em 18 de fevereiro de 1962. São

duas datas, dois acontecimentos que, por seu significado, se amalgamaram na história.

O PC do Brasil só manteve sua cor vermelha, sua coerência marxista-leninista, sua linha política revolucionária porque em fevereiro de 1962 levou a efeito a ruptura com os renegados do marxismo e oportunistas capitaneados por Luís Carlos Prestes e Giocondo Dias. Vivíamos, então, uma quadra difícil no movimento comunista interno e externamente. Difundida pelos revisionistas, trotsquistas e pela burguesia, campeava a falsa idéia que negava a necessidade de uma organização de vanguarda do proletariado para dirigir a luta pelo socialismo. Negava-se também o

caminho revolucionário e tudo se fazia para cindir as fileiras da classe operária.

Não foi fácil o processo de ruptura com os revisionistas. Desde 1956, quando se iniciou a ofensiva dos oportunistas para destruir o Partido até a histórica Conferência Nacional Extraordinária, que o reorganizou em bases novas, transcorreram duros embates políticos, teóricos, ideológicos e orgânicos. Gradualmente, foram-se delineando os campos em que se enrincalhavam, de um lado os marxistas-leninistas e defensores do Partido e, do lado oposto, os revisionistas e liquidadores. Não foi fácil nem tranquila a trajetória percorrida para formar um núcleo dirigente ideologicamente firme, teoricamente convicto e politicamente capaz de orientar o Partido nas tempestuosas batalhas de classe.

Encarando dessa maneira o salto de qualidade produzido em 18 de fevereiro de 1962, os comunistas do PC do B sentem o peso das suas responsabilidades históricas e a grandeza da sua missão. Tal como não foi fácil ultrapassar as barreiras erguidas pelos oportunistas, não é fácil, também hoje, a luta permanente pela estruturação e formação de um partido operário, capaz de discernir e agir nas situações mais complexas, ligando como umha carne às massas o trabalho e a luta.

Assim, a comemoração do 64º aniversário da fundação e do 24º da reorganização do nosso Partido servem como um vigoroso chamamento a que nos mantenhamos incólumes na trilha pelo cumprimento da missão histórica do proletariado: a emancipação nacional e social do povo brasileiro e a conquista do socialismo.

Assim, a comemoração do 64º aniversário da fundação e do 24º da reorganização do nosso Partido servem como um vigoroso chamamento a que nos mantenhamos incólumes na trilha pelo cumprimento da missão histórica do proletariado: a emancipação nacional e social do povo brasileiro e a conquista do socialismo.

VIVA A NOSSA CLASSE OPERÁRIA!  
VIVA O NOSSO CLO  
NOSSO PARTIDO!

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Partido ressurgue em Santos para reviver os tempos do Porto Vermelho

Adelina Bracco

Lições de solidariedade e luta, experiências valiosas para transmitir, vitórias da classe operária de repercussão nacional e internacional - isso é o que vem à lembrança de todo portuário, estivador ou doqueiro mais antigo da cidade que ficou conhecida como "vermelha" por estar na vanguarda do movimento operário durante muitos anos.

O porto de Santos atualmente não tem a força de outrora a nível de luta operária. A repressão e o desmantelamento da organização sindical levados a cabo nos anos do regime militar deixaram marcas difíceis de apagar. Embora a movimentação de cargas tenha batido recordes no cais, o trabalho diminuiu por causa da mecanização. E paira sobre os trabalhadores a ameaça da privatização do porto.

De uma outra maneira, mais complexa, a luta do porto continua. Por isso, a necessidade de reconstrução do PC do B foi atendida pelos operários mais ativos, com mais garra, e pode-se considerar que o Partido está presente nesse importante centro vital de luta de classes.

### Episódios

Para se ter uma idéia do grau de consciência política que o proletariado santista já alcançou, em particular os portuários, basta lembrar a atuação de muitos anos atrás. Nessa cidade, as associações operárias sempre foram muito ativas pela importância econômica do porto.

Em 1905, por exemplo, foi desencadeado um movimento grevista ao qual aderiram todo o proletariado santista, os gráficos de São Paulo e estivadores do Rio de Janeiro, contra o aumento dos turnos de serviço.



Durou 27 dias, e só à custa de centenas de prisões, envio de tropas e intensa repressão a greve terminou.

De repercussão internacional foi a greve dos doqueiros, ensacadores e estivadores para não carregarem café oferecido ao

ditador espanhol Francisco Franco pelo Estado Novo, verdadeira greve política em favor da democracia.

Muitos outros movimentos grevistas viriam depois, como o que durou 43 dias, em 1959, envolvendo o pessoal marítimo

da Cia. Docas de Santos, e o de 17 dias, envolvendo os ensacadores de café em 1964.

### Colhendo os Frutos

Essa intensa motivação foi submetida à violência e sistemática repressão, após a implan-

tação do regime militar no país. Mas as sementes ficaram, existindo na memória dos velhos portuários orgulho de terem vivido aquela época. E os novos, os mais conscientes, já são parte da história em razão de terem encontrado o Partido do proletariado e a ele aderirem, participando de sua reconstrução. Um desses jovens camaradas, um dos primeiros a se filiar, contou como tomou essa decisão:

"Procurei o Partido mais perseguido e disse: é nesse que eu tenho que entrar. Sempre quis lutar pela causa socialista".

Esse mesmo camarada já filiou dezenas de outros companheiros apontando a existência de uma receptividade muito grande.

Um outro camarada, liderança na categoria, disse que o encontro com o Partido fez com que sua atividade política desse um salto de qualidade. "Já tinha uma certa participação - observou - mas nunca como agora. Estou acreditando num negócio que é o que eu quero, sempre almejei algo que fosse ao encontro das necessidades de todos e aqui encontrei".

Ficou difícil imaginar como alguém pode esperar 18 anos para ingressar no Partido, mas isso aconteceu. Um dos novos camaradas relatou a sua situação: "Já era comunista desde os 12 anos. Sempre gostei de coisas construtivas. Achei que o Partido Comunista é a única maneira de se encontrar uma coisa objetiva e concreta. Esperei durante muitos anos a legalização. Depois, passando pela rua vi a sede do PC do B, vi companheiros fazendo panfletagem em frente às Docas e senti até alegria".

### Poder aquisitivo

O problema mais grave hoje

em dia para o pessoal do porto é a substituição do homem pela máquina. Alguns chegam a prever que num futuro não muito distante haverá um mínimo de mão-de-obra.

Em virtude disso, há mais ou menos 4 anos não há admissão de novos trabalhadores. Há aposentadorias, mas não há renovação. "Os portuários empobreceram muito", comentou um companheiro, comparando a situação com a de 8 anos atrás. Quem tinha um carro em 1979, por exemplo, hoje já não pode tê-lo.

Para agravar esse quadro, a privatização ameaça descarregar outro peso nos ombros dos trabalhadores. Mas mesmo assim, nos últimos tempos, até pela presença do PC do B no porto, o nível de lutas dos trabalhadores aumentou muito.

Os sindicatos portuários da orla estão se fortalecendo e seus dirigentes se reciclando ou se renovando. A luta política alcança outro patamar, por causa da situação mais geral do país, que tem exigido uma participação maior de todos na luta política e econômica. Em função disso, o Partido tem crescido em Santos e principalmente na área do porto, onde se concentra o que há de maior na classe operária santista.

Na sede do Partido em Santos é comum agora ver-se portuários, estivadores, doqueiros, ensacadores aparecerem para conhecer a linha política, as propostas do PC do B para a difícil situação da classe operária e do povo brasileiro. Na sessão pública que o Partido realizou em Brasília no início de março, lá estava uma faixa do PC do B de Santos, revivendo os velhos tempos em que o Partido naquela cidade tinha influência e uma presença nacional, orgulhando os comunistas e os trabalhadores do Brasil.

## No Maranhão PC do B realiza seminários sobre luta no campo

Arthur de Paula

Nos dias 15 e 16 de fevereiro, o Diretório Regional do PC do B do Maranhão, reuniu em São Luiz dirigentes e militantes camponeses num seminário interno para discutir e tomar medidas visando a aplicação da resolução de novembro de 85 da Direção Nacional do Partido sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, apreciar e se posicionar frente ao Plano Regional de Reforma Agrária. Além da Executiva Regional do PC do B e dos dirigentes municipais, participaram como convidados o engenheiro agrônomo Marcos Alexandre Kowarick da Direção Regional do INCRA-Ma, e o deputado estadual Luiz Pedro.

Durante os dois dias foi amplamente estudado e discutido o Plano Regional de Reforma Agrária para o Maranhão, que foi elaborado por uma Comissão integrada pelo INCRA-Ma, FETAEMA e CPT. O plano tem como meta regional assentar entre 1986 e 1989, 118.000 famílias em 3.560.000 hectares.

O Plano atinge 79 municípios, 10 micro-regiões, cerca de 62% da área do Estado. Durante o seminário, constatou-se que no Maranhão existem 7.309.000 hectares de terra ociosa, concentrada em mãos de latifundiários e grileiros. O INCRA do Maranhão está criando a Comissão Agrária para controle da execução do Plano Regional que já foi aprovado pelo Ministro Nelson Ribeiro e enca-

minhado ao Presidente José Sarney desde 14 de janeiro. A Comissão é integrada por 3 representantes dos latifundiários, 3 representantes dos trabalhadores rurais indicados pela FETAEMA, 1 representante do INCRA, 1 representante da Secretaria de Agricultura e 1 representante da Escola de Agronomia.

Além do Plano Regional de Reforma Agrária e da Resolução da Direção Nacional do PC do B, os camponeses comunistas também discutiram sobre as forças políticas que atuam no campo do Maranhão e sobre a violência crescente no Estado.

No Maranhão, Estado agrário conflagrado por grandes conflitos pela posse da terra, só no ano de 1985, foram assassinadas 43 pessoas, sendo 3 no Vale do Gurubi, 4 na Baixada Ocidental maranhense, 1 em São Luís, 13 no Pindaré, 12 em Mearim, 7 em Itapecuru, 1 no Alto Mearim e Grajaú, 1 no Alto Itapecuru. Desses, 4 eram dirigentes sindicais, 1 advogada, 1 criança de 1 ano de idade no município de Bom Jardim, e os demais 37 eram posseiros.

Os conflitos em que vive mergulhado o Maranhão são desencadeados por "imóveis" rurais como: Agropastoril Ceres Ltda. com 20 mil hectares, Agropecuária Ceres S.A. com 17.507 hectares, Companhia Agropecuária e Indústria de Coroa com 4.892 hectares, Agroindústria N.S. de Fátima S.A. com 24.307 hectares, José Morais Muniz com 500 hectares, Buriti Agro-pastoril Ltda. com 22.938 hectares, Rio Bonito Agropastoril Ltda. com 22.632 hectares e Sociedade Agroindustrial Babaçu S.A. com 11.387 hectares.

A violência sempre desencadeada pelos latifundiários através de bandidos contratados como pistoleiros, gerentes, vigilantes ou outra denominação qualquer é fruto da ausência de justiça, da omissão dos órgãos públicos e da falta de decisão política para realizar uma reforma agrária que favoreça os lavradores e camponeses que têm aprendido às custas do sacrifício dos que tombaram e, com a experiência própria, buscam as mais variadas formas de

resistência na terra que ocupam, fazendo justiça com as próprias mãos e usando auto-defesa armada contra jagunços e pistoleiros.

Ao final foram aprovadas medidas que visam promover a mais ampla mobilização de massas com o objetivo de exigir do Governo Federal a imediata aplicação do plano de reforma agrária, a formação de Comissões de Defesa da reforma agrária por município, com os seguintes objetivos: realizar seminários municipais para debater a aplicação do Plano Regional de Reforma Agrária; apoiar política e materialmente a resistência dos camponeses contra grileiros, latifundiários e seus pistoleiros e jagunços; cadastramento dos que precisam de terra; manter contato com órgãos e autoridades estaduais e federais; levantamento de áreas que precisam ser desapropriadas e não constam do Plano; edição regular do Boletim da Reforma Agrária. Dessas comissões participarão os Sindicatos dos trabalhadores rurais e outros segmentos que lutam pela reforma agrária antilatifundiária. Concluiu-se ainda pela necessidade da edição de materiais específicos de divulgação das idéias e do programa do PC do B para a campanha de filiação de camponeses no Partido.

O Partido Comunista do Brasil cresce a cada dia entre os camponeses do Maranhão, e em diversos municípios tem Diretórios Municipais funcionando, participa das lutas, campanhas e marcou 15 seminários que se desenvolverão a partir de março. Entendendo que os camponeses devem se organizar e se mobilizar para exigir a aplicação imediata do Plano Nacional de Reforma Agrária e que o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais jogará papel de primeiro plano na luta contra a grilagem e pelo assentamento das famílias carentes de terra é que a Direção Regional do PC do Brasil no Maranhão está desenvolvendo intensa programação no campo conjugando a aplicação da Resolução da Direção Nacional com a luta pela união do povo, com a finalidade de criar um amplo movimento de cunho popular para fazer as mudanças almejadas pela nação.



**Princípios**  
Revista teórica, política e de informação

A imprensa a serviço dos monopólios

25 anos de combate ao revisionismo

A literatura e seu conteúdo social



EDITORA ANITA GARIBALDI

Leia e Assine Princípios

Apenas Cz\$ 45,00

Recorte e envie este cupom para o endereço abaixo

Nome \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Quero receber uma assinatura da PRINCÍPIOS, com direito a 4 números. Para isso envio cheque nominal  vale postal  em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

### A CLASSE OPERÁRIA

Publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda.  
Redação e Administração:  
Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1511 - Bela Vista - São Paulo  
Fone 251.2729 - CEP 01317  
Diretor e Jornalista Responsável:  
João Amazonas  
Composição e Frotolitos:  
Litarte Frotolitos Ltda.  
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar  
Impressão:  
Cia. Editora Jorjões  
Exemplar Avulso - Cz\$ 2,00  
Assinatura Anual - Cz\$ 25,00

Av. Brigadeiro Luis Antônio, 1511, CEP 01317  
**CDM**  
São Paulo - SP  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Grandioso acontecimento da vida do Partido

Realizou-se em Brasília, nos dias 7 e 8 de março, a primeira reunião pública da Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil desde 1947. Centenas de militantes e dirigentes dos mais diversos Estados da Federação atenderam à convocação partidária e compareceram na capital da República, onde nas dependências do Congresso Nacional, se desenvolveram os trabalhos.

O fato despertou interesse no mundo político e repercutiu amplamente na opinião pública, não só pelo inusitado, como também em função dos temas discutidos: a posição dos comunistas face ao governo e à situação política do país, a opinião da direção do Partido sobre o pacote econômico do governo e o lançamento a nível nacional da campanha do PC do B para a Assembleia Constituinte.

A reunião começou num clima de grande entusiasmo, sobretudo quando o camarada João Amazonas leu, em nome da direção nacional, o **Apelo à Nação**, proclamando: "A UNIDADE É A BANDEIRA DA ESPERANÇA". O PC do B marcava, assim, a sua primeira reunião pública com o timbre da luta pela união do povo.

Diversos políticos e personalidades participaram da abertura dos trabalhos, que foram presididos pelo camarada Haroldo Lima, líder de nossa bancada na Câmara dos deputados. Dentre eles estavam o deputado operário Aurélio Perez (PC do B-SP), o deputado federal sob a legenda do PMDB goiano Aldo Arantes, o ex-ministro e candidato peemedebista ao governo da Bahia, Waldir Pires, o presidente da ABI-DF (Associação Brasileira de Imprensa, sede Distrito Federal), Pompeu de Souza, o deputado federal amazonense e candidato ao governo do Estado, Artur Virgílio Neto, o deputado federal Airton Soares (PMDB-SP), o senador baiano Juthay Magalhães (PMDB), os deputados federais do PMDB baiano Ruy Bacelar e Juthay Magalhães Jr. Encontravam-se também entre os presentes vários representantes sindicais e de outras entidades de massa. O deputado federal paranaense Nelson Friedrich (PMDB), impossibilitado de comparecer por motivo de viagem, enviou telegrama saudando o evento.

Fazendo uso da palavra, o ex-ministro e candidato ao governo da Bahia, Waldir Pires, saudou a reunião dos comunistas, ressaltando a "importância da convivência democrática entre os diversos partidos e correntes de opinião". O deputado Artur Virgílio Neto destacou "a combativa e heróica atuação do PC do B desde os duros anos da clandestinidade". O deputado federal Airton Soares ressaltou que o PC do B sempre ajudou o avanço da luta democrática no Brasil.

Durante os dois dias, os delegados comunistas dos diversos estados discutiram intensamente os pontos em pauta e contribuíram enormemente para o enriquecimento dos documentos apresentados pela direção. Foi uma cabal demonstração do vigor, da pujança e do amadurecimento político e ideológico dos jovens quadros do PC do B. Destacava-se em todos os oradores, que imprimiram o selo de sua participação pessoal nos debates, uma imensa vontade de fortalecer o Partido, de concorrer para o avanço de sua compreensão, de dar tudo de si para o aperfeiçoamento da linha política e da orientação tática.

Esta participação aberta, incentivada pela direção do Partido, é uma prova irrefutável da vigência de normas democráticas no funcionamento e na estruturação de nossa organização leninista. A imprensa e os aliados, presentes nas várias sessões da reunião, constataram no PC do B um partido dinâmico, moderno, amplo, ágil, sintonizado com o momento que o país atravessa. E puderam verificar que os comunistas praticam a autêntica democracia, bem ao contrário da falsa imagem que a reação procura vender.

A reunião foi encerrada com uma singela e emocionante homenagem dos comunistas brasileiros às mulheres pela passagem do seu dia internacional - o 8 de março. Foi difícil conter a emoção quando, depois do belo discurso de Luiza Jô Moraes, que falou em nome da direção, as centenas de companheiras e companheiros presentes, de mãos dadas, entoaram o "hino" MARIA, MARIA, de Milton Nascimento e Fernand Brandt.

Muito tocante também foi a chegada, no final da reunião, de uma delegação de operários dos estaleiros navais EMAQ, do Rio de Janeiro, acampados em Brasília para pressionar as autoridades no sentido de evitar as demissões em massa de que estão ameaçados. Os operários foram à tribuna, denunciaram a aflitiva situação por que estão passando e agradeceram o apoio do Partido à sua causa.



## Unidade a bandeira da esperança Apelo à Nação

Ao reunir pela primeira vez em Brasília, na legalidade, sua direção nacional, o **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL-PC do B** dirige-se ao povo, aos trabalhadores da cidade e do campo, aos democratas e patriotas para conclamá-los à união num amplo movimento de massas em prol da verdadeira independência, da plena liberdade, do progresso a serviço da maioria da nação.

Há mais de dois anos, milhões de brasileiros saíram às ruas na caminhada democrática que pôs fim ao regime militar. Unidos, venceram uma grande batalha. Implantou-se a Nova República, surgiu um governo civil. Cairam algumas das severas restrições impostas pelo autoritarismo castrense. A democracia ressurgiu, ainda que mutilada.

Contudo, o Brasil continua espoliado pelo capital estrangeiro. Cada mês entregamos um bilhão de dólares aos banqueiros internacionais a título de juros da dívida externa. O latifúndio mantém-se intocável. Grileiros e latifundiários espalham o terror no campo, assassinam camponeses que lutam por um pedaço de chão. Enormes contingentes da população vivem subnutridos, doentes, amontoados em casebres ou barracos insalubres. Menores abandonados, delinquentes já na infância e na adolescência, enchem os depósitos de crianças da FEBEM.

A Nova República, que gerou expectativas otimistas, revelou ser um modelo conservador. Não corresponde às profundas aspirações das massas populares. A velha estrutura do Estado reacionário mantém-se inalterada. Sob esse aspecto e salvo pequenos avanços no terreno democrático, quase tudo continua na mesma. Os corruptos não sofreram penalidades de nenhuma espécie, voltam desinibidos e até agressivos à cena política. Leis arbitrárias da época da ditadura permanecem em vigor.

Brasileiros!  
Trabalhadores!

A luta não terminou com a simples extinção do regime arbitrário. Nem também com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A direita se reorganiza, as forças conservadoras tudo fazem para impor o regime que lhes convém. Os militares continuam atuantes, imiscuindo-se na política governamental. Há seis oficiais-generais no Ministério do presidente Sarney, tal qual como no período da ditadura! São constantes as exigências dos imperialistas norte-americanos reclamando modificações na lei da informática e da remessa de lucros, apertando o cerco da submissão econômica e política. Atualmente, pleiteiam a incorporação das Forças Armadas brasileiras ao esquema repressivo de Washington contra os povos da América Central.

O **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL** considera que é chegada a hora de se opor decididamente aos planos da reação e dos monopólios internacionais, impulsionar a luta por mudanças de profundidade sem as quais nosso país e nosso povo continuarão passando enormes dificuldades, vítimas da espoliação feroz do capital de fora e da exploração brutal de latifundiários e grandes capitalistas. O povo brasileiro elevou sua consciência política, quer a solução dos problemas fundamentais que afetam a nação.

As medidas que vêm sendo tomadas no plano econômico-financeiro, embora possam trazer de imediato certo desafogo, não solucionarão as questões cruciais do país. As massas apóiam o pacote econômico do governo, defendem o congelamento dos preços das mercadorias, dos aluguéis, das tarifas dos serviços públicos, das prestações do BNH. Mas o combate à inflação continua sendo feito a expensas do povo. Não se toca, nem de leve, no injusto pagamento de juros da dívida externa, na espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro, de onde provém em grande parte a difícil e grave situação que atravessa a nossa pátria.

O **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**, que defende um programa patriótico e democrático e aponta o futuro socialista, julga que o momento é de aglutinação de forças, da criação de um largo movimento de cunho popular que englobe a maioria da nação, sem feição partidária, sem exclusivismos de qualquer natureza, sem hegemonia decretada, sem atrelamento a prováveis candidaturas ao Palácio do Planalto. **A união do povo é a chave da vitória, o caminho para atingir os objetivos maiores que almejamos.**

A base para a união do povo é um programa comum. Há os que falam em unidade das forças progressistas. Não apresentam, no entanto, programas concretos. Quando muito referem-se abstratamente a mudanças. Ou então a eleições diretas imediatas para a presidência da República, num jogo político artificial, perigoso e aventureiro. O PC do Brasil é de opinião que o programa deve conter as questões básicas da atualidade, consensuais à maioria da nação. Propõe os seguintes pontos:

- 1 - suspensão do pagamento da dívida e dos respectivos juros;
- 2 - implantação imediata do plano de reforma agrária e luta por sua ampliação;
- 3 - Constituinte democrática e progressista;
- 4 - fim das leis arbitrárias, do entulho autoritário;
- 5 - combate à inflação por conta dos ricos;
- 6 - contra a privatização de empresas estatais necessárias ao desenvolvimento do país;
- 7 - reajuste salarial para recompor o poder aquisitivo dos trabalhadores, 40 horas, estabilidade no emprego, liberdade sindical.

A nosso ver, estes pontos constituem hoje um autêntico programa para unir o povo. Esta união se faz não somente pela aceitação formal do conjunto do programa, mas também em função das questões concretas mais sentidas pelas massas. Exemplo disso são as

recentes ações massivas com o objetivo de garantir o congelamento de preços, que deram novo alento ao movimento popular. A ocupação de terras e a exigência de aplicação do PNRA, assim como a reivindicação do reajuste salarial compatível com o nível dos preços congelados, são também exemplos de unificação das massas. Tais movimentos unitários, por sua própria natureza, tendem objetivamente para o leito comum da formação da unidade maior do povo.

Acreditamos que se as forças democráticas e progressistas forem capazes de levantar estas reivindicações em toda a parte, de mobilizar o povo a fim de apoiá-las com firmeza, se os trabalhadores tomarem em suas mãos a luta para tornar realidade estes objetivos, estaremos todos forjando o poderoso movimento democrático e popular, abrangendo milhões de brasileiros, apto a livrar o Brasil dos males que o atormentam e transformá-lo num país democrático, independente e progressista.

1986 é ano de eleições, de grande batalha em torno da Constituinte. Todos os partidos disputam posições vantajosas. É uma contingência democrática. Mas a campanha eleitoral deve ajudar a construir o movimento amplo e popular que, por cima dos partidos, unifique o povo e o conduza a uma vitória de maior envergadura - a vitória da unidade, da união do povo para enfrentar e resolver os graves problemas que a nação tem diante de si.

O **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL** está convencido de que é possível triunfar. A vigorosa mobilização popular constitui força gigantesca capaz de vencer todos os obstáculos. Por isso proclama:

**A UNIDADE É A BANDEIRA DA ESPERANÇA!**  
Viva a união do povo!  
Viva o Brasil democrático, independente e progressista!

### Posição do PC do Brasil sobre o pacote econômico

O recente pacote econômico adotado pelo governo, com o objetivo de combater a inflação, tem diversos aspectos positivos que precisam ser ressaltados. O Partido Comunista do Brasil considera que a luta contra a especulação financeira, através do fim da correção monetária, o congelamento dos preços, a adoção do salário-desemprego e da escala móvel de salários, antigas reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores, constituem decisões justas e acertadas.

O PC do Brasil e as forças populares e democráticas apóiam esses aspectos porque vêm ao encontro dos anseios do povo e representam uma forma de romper com o círculo vicioso da especulação financeira.

No entanto, o pacote apresenta, ao mesmo tempo, aspectos negativos que precisam ser duramente criticados e contestados. A forma utilizada para congelar os salários através da média salarial dos últimos seis meses, enquanto os preços foram congelados no seu pico, é inaceitável. Isso representa, na prática, um achatamento salarial, prejudicial à classe operária e aos demais trabalhadores.

O pacote econômico do governo apresenta, ainda, graves omissões. Não estabelece, por exemplo, o congelamento dos juros internos, cobrados pelo sistema financeiro, deixando de coibir a exagerada remuneração do capital, exatamente quem mais se beneficiou da política econômica herdada do regime militar. Como se isso não bastasse, o pacote não toma nenhuma medida com relação aos juros da dívida externa, o principal problema enfrentado pelo país. Sem uma medida patriótica e corajosa de combate à dívida externa, dificilmente teremos condições de superar os graves problemas econômicos e sociais que afligem nosso povo.

Diante desses fatos, o Partido Comunista do Brasil considera que especialmente o controle de preços foi o que despertou maior entusiasmo popular e deve ser apoiado. Nesse sentido, orienta o conjunto de seus filiados para que se empenhem na organização de comitês populares de fiscalização para exercer uma dura e permanente vigilância sobre os preços cobrados e exigir a punição dos especuladores. Sugere também às Câmaras Municipais para que tomem medidas equivalentes, criando as condições necessárias para que o povo se transforme no principal fiscal do controle de preços.

No início, as autoridades governamentais falavam que aqueles que remarcassem os preços, seriam punidos e, em caso de reincidência, presos. A prática, no entanto, tem sido outra. Das ameaças de prisão, passou-se apenas às ameaças de multas irrisórias diante do poderio de grupos econômicos denunciados como especuladores. O povo tem reiterado as denúncias de que as remarcações continuam e se o governo não usar de toda a energia para coibir tais abusos, o projeto econômico poderá fracassar. O rigor na punição aos especuladores é peça-chave para o sucesso das medidas. As forças populares e democráticas precisam estar vigilantes para cobrar severas punições àqueles que contrariarem o congelamento dos preços.

Ao mesmo tempo em que o Partido Comunista do Brasil apoiará a luta pelo congelamento e exigirá energia do governo nessa batalha, continuará postulando medidas de fundo contra a inflação, especialmente a suspensão do pagamento da dívida externa. Sem a adoção dessas medidas, o combate anti-inflacionário, agora deflagrado, terá uma vida muito limitada.

Na luta por modificações no conteúdo do pacote econômico, o Partido Comunista do Brasil leva em conta que as medidas foram tomadas através do instrumento do decreto-lei, que já devia ter sido definitivamente abolido da vida brasileira. O Partido Comunista do Brasil defenderá a necessidade urgente do Executivo promover algumas alterações substanciais no pacote, notadamente no que diz respeito à diminuição do teto fixado para a escala móvel dos salários, à ampliação do seguro-desemprego, ao tabelamento dos juros internos e, principalmente, à reposição do nível de salários.



Nas bandeiras e palavras de ordem a tônica foi a unidade do povo

# O PC do B face ao governo e à situação do país

O Brasil atravessa momento de grande efervescência política. O PC do Brasil ao examinar a situação atual não se detém apenas nos aspectos conjunturais. As atenções estão, presentemente, concentradas no pacote econômico de 27 de fevereiro, que cria novo quadro político no país. Mas passado um ano da instalação da Nova República e do governo Sarney - que geraram expectativas de grandes mudanças - faz-se necessária uma avaliação mais profunda da realidade nacional.

Todas as contradições que marcam a vida política neste período tendem a se acirrar, refletindo-se na luta eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte, renovação das Assembléias Legislativas e sucessão dos governos estaduais. Forças reacionárias internas e o imperialismo, destacadamente o norte-americano, tentarão por todos os meios consolidar o regime conservador. Prosseguirá, porém, o ascenso do movimento democrático e popular que propugna rumos seguros para o país. A movimentação intensa que se verifica pelo congelamento dos preços demonstra a intensidade dos conflitos em curso. Nesta situação o PC do B define suas posições e apresenta propostas que considera viáveis e condizentes com as aspirações da maioria dos brasileiros.

## A NOVA REPÚBLICA

O Partido Comunista do Brasil apoiou a instauração da Nova República, consequência natural, nas condições em que se deu, da liquidação do regime militar. E apoiou igualmente a permanência, primeiro provisória e depois efetiva, de José Sarney à frente do governo de transição. Eram opções corretas visando defender as con-

dições populares e consolidar o sistema democrático recém-surgido. A evolução política no entanto, vai revelando o conteúdo e as deficiências do regime do governo.

A Nova República é o modelo político criado pela Aliança Democrática encabeçada por Tancredo Neves. Esse modelo abrange em seu conjunto o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Embora tenha cumprido o importante papel de pôr termo ao governo despótico que se estendera por mais de duas décadas, a Nova República não alterou substancialmente o caráter do velho regime conservador.

O Executivo atual, como em qualquer sistema antidemocrático, se sobrepõe aos outros poderes - o Legislativo e o Judiciário. Conserva a exclusividade de decisões em assuntos da maior importância, particularmente na área econômico-financeira. Preserva também poderes ditatoriais que advêm das leis de emergência contidas na Carta outorgada de 1969. O Ministério, tal como na época do domínio castrense, inclui seis oficiais-generais. Nele está presente, igual que na ditadura, o Serviço Nacional de Informações, controlado pelas Forças Armadas, cuja finalidade, odiosa e antidemocrática, é bem conhecida. Criaram-se novos órgãos de governo, ineficientes e desnecessários, tão somente para atender o clientelismo político. E manteve-se a Polícia Federal, instrumento centralizado de repressão política que contraria princípios federativos, com a mesma estrutura e objetivos que foram dados pelos generais. O Executivo apóia-se nos militares que, embora mais comedidos e procurando aparentar outra feição, exercem grande influência no aparelho estatal. Nada de

decisivo se faz sem a sua prévia aprovação.

O conservadorismo da Nova República manifesta-se igualmente no Legislativo. O Congresso Nacional poucas modificações apresenta. Até hoje nem sequer as prerrogativas que lhe são inerentes, usurpadas pelo governo dos generais, foram recuperadas: não se interessa pela questão. Prevalece a dependência ao Executivo, como se a iniciativa de legislar fosse deste poder, cabendo ao Legislativo homologar o que vem do Planalto. Pouquíssimos são os projetos de lei aprovados cuja autoria pertence a membros do Congresso. Centenas deles dormem o sono do esquecimento ou sofre a incuria das protelações nas comissões parlamentares. Apenas os que procedem do outro poder têm andamento rápido. Os que reformulam a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), estão praticamente arquivados. E esse é também o destino de cerca de dez proposições alterando a reacionária Lei de Greve e de dezessete outras modificando a Lei de Segurança. O Congresso não tomou a dianteira de varrer as leis arbitrárias e as medidas antidemocráticas oriundas da Constituição de 1969, aguarda a tomada de posição do governo sobre o assunto. Além disso, ergue obstáculos à aprovação de projetos efetivamente democráticos e progressistas. Qualquer proposição de cunho mais avançado é procrastinada ou mesmo sabotada. A Lei dos Partidos Políticos constitui um exemplo: em pauta há vários meses, até o momento não conseguiu aprovação. E o seu texto sofreu modificações tais que dificulta a atividade normal, democrática, das organizações partidárias, em especial das recentemente legalizadas. Nela acham-se incluídos verdadeiros casuísmos para salvaguardar as vantagens que gozam os grandes partidos, em geral conservadores. O PC do Brasil e outros são discriminados pela Mesa da Câmara: não se assegura às suas lideranças o mesmo direito que usufruem os demais partidos. Chega-se a negar locais apropriados ao exercício de sua função.

No que se refere ao Judiciário, tudo continua na mesma. É uma instituição reacionária que se tornou ainda mais retrógrada, fechada e burocrática nos anos da truculência fascista. Suas decisões geralmente atendem às demandas dos poderosos, contrariam princípios democráticos. Nos casos de disputa de terra, as sentenças são sempre favoráveis aos latifundiários; as greves, julgam-nas ilegais prejudicando os trabalhadores. Ultimamente tomou a decisão de considerar encerrado em definitivo o caso do atentado terrorista do Rio-Centro, quando surgiram elementos novos comprovadores da autoria dos militares nesse ato criminoso. Nenhuma ação contra a corrupção obteve êxito. O Judiciário impede praticamente a condenação dos que praticaram ou se envolveram em negócios fraudulentos. Não há um

só corrupto na cadeia, apesar de a Nação inteira haver tomado conhecimento de delitos dessa natureza, e com endereço certo. Nem um deles se viu obrigado a devolver ao Tesouro Nacional a fortuna e os bens adquiridos ilícitamente. Em seus diferentes ramos, o Judiciário reinterpreta as leis à sua maneira criando direitos democráticos.

Assim, os Três Poderes da República, em que pese as liberdades conquistadas, permanecem como instituições reacionárias, quase intocadas após a extinção do regime militar. A Nova República não alterou no fundamental, a antiga superestrutura política das classes dominantes. Afirma-se que somente a Constituinte deverá fazer as modificações de maior porte. É verdade que esta terá de encarar tais mudanças, se tiver força e disposição para tanto. Isto não nega, porém, a responsabilidade da Nova República na aceitação passiva da herança institucional deixada pelo autoritarismo. Em se tratando de novo modelo político, deveria encaminhar soluções acentuando a ruptura com a ordem retrógrada e arbitrária.

A estrutura econômico-social também não se modificou. O Brasil continua sustentando o arcaico sistema monopolista da terra dominado por um punhado de grandes proprietários latifundistas. Não obstante ter o capitalismo penetrado no campo, em geral pela transformação dos donos do solo em capitalistas latifundiários, persiste a estrutura agrária baseada no monopólio da terra. Ainda que haja elevado o seu patamar econômico, o Brasil é um país dependente, cada vez mais subordinado ao capital estrangeiro que espolia as riquezas naturais e explora a mão-de-obra barata. Através da dívida externa e dos juros arbitrariamente estipulados, os banqueiros internacionais realizam verdadeira sangria do organismo nacional, seriamente debilitado. Os bancos manipulam a seu talante o sistema financeiro obtendo altos lucros. As multinacionais, que controlam a produção e a venda de bens essenciais à vida da população, gozam de privilégios, saqueiam os trabalhadores e os consumidores.

Inegavelmente, a Nova República, como regime econômico, político e social, não corresponde em absoluto às exigências objetivas do desenvolvimento do país. É um modelo essencialmente conservador que utiliza, inclusive, fórmulas e procedimentos oriundos da ditadura militar. De nenhum modo representa o projeto nacional mudancista defendido na caminhada democrática de 1984. Não é esse o regime pelo qual o povo lutou.

O Brasil necessita de um regime novo, de caráter democrático e patriótico, em sua forma e conteúdo, que signifique transformações profundas na estrutura e na superestrutura do país, com instituições autenticamente nacionais e progressistas.

## O GOVERNO DA NOVA REPÚBLICA

Nestes doze meses, o governo da Nova República foi dirigido pelo presidente José Sarney. O balanço de suas atividades apresenta aspectos positivos e também negativos.

A frente do governo, manteve atitude democrática e de respeito ao Congresso, às diferentes correntes políticas. Cumpriu a promessa de convocar a Assembléia Nacional Constituinte e de realizar eleições diretas em todos os níveis, extinguindo o repudiado Colégio Eleitoral. Favoreceu o reconhecimento legal dos partidos políticos clandestinos. Pôs fim aos decretos-leis indevidos. Terminou com as intervenções nos sindicatos e reconheceu o direito de organização intersindical. Definiu um plano de reforma agrária, ainda não aplicado, prevendo o assentamento de 1,4 milhão de famílias camponesas em terras públicas ou desapropriadas. Estabeleceu um clima de maior convivência política no país.

Todavia, como previra o nosso Partido em documento público de setembro de 1984, quando da indicação do candidato único das oposições, o governo a ser instituído com a derrubada do regime arbitrário, se bem que admitisse modificações no terreno democrático, não teria condições de enfrentar os problemas fundamentais que preocupam a nação.

Sarney herdou um ministério formado à sua revelia. Governou com auxiliares imediatos de distintas tendências. Na atualidade, renovou o ministério. Mas sua composição, ainda que incluía elementos democráticos, comporta igualmente políticos reacionários, ou sem compromissos com o povo.

Não há dúvida que o presidente Sarney encontrou o país numa situação extremamente grave, consequência de 21 anos de regime arbitrário. A dívida externa, irresponsavelmente contraída, ultrapassava 100 bilhões de dólares, o que acarretava a sangria de imensos recursos para o exterior com o pagamento de juros e amortizações. Também a dívida interna assumia proporções gigantescas, beirando um quadrilhão de cruzeiros. Fruto de malversação do dinheiro público, praticada pelos governos anteriores, o déficit orçamentário comprometia seriamente as finanças do país. A carestia de vida tornava-se insuportável. As massas trabalhadoras demonstravam insatisfação com o arrocho salarial e reclamavam reposição do seu poder aquisitivo.

O presidente José Sarney adotou como objetivo central de seu governo o combate à inflação, que neste ano progrediu como nunca. Tentou de várias maneiras controlá-la, sem sucesso. Até o mês de fevereiro a inflação ultrapassara o índice anual de 255%. Diante desse quadro inquietante o governo tomou com o decreto-lei de 27

de fevereiro, medidas drásticas, realizou a reforma monetária. Congelaram-se os preços das mercadorias, dos aluguéis e das tarifas dos serviços públicos. Congelaram-se, de fato, os salários pelo prazo de um ano. Admitiu-se a escala-móvel com automática elevação dos salários sempre que o índice de inflação atingir 20%. Embora com limitações, instituiu-se o seguro-desemprego, antiga reivindicação da classe operária. Criou-se novo padrão monetário, o cruzado, em substituição ao cruzeiro. As autoridades monetárias prevêm que já em março não haverá qualquer índice inflacionário.

O exame mais cuidadoso de tais medidas demanda algum tempo. Apresentam, inegavelmente, aspectos positivos, que vêm sendo saudados pela população. Já não era possível tolerar o abusivo aumento dos preços em geral, as repetidas correções monetárias que favoreciam o capital parasitário e encareciam, do dia para a noite, a aquisição de bens e os pagamentos de obrigações forçadas. As medidas tomadas pelo governo se impunham. Em particular, o congelamento dos preços das mercadorias, dos aluguéis e das tarifas dos serviços públicos, alcançou grande repercussão no país e despertou o entusiasmo popular. As massas atenderam ao chamado do presidente para fiscalizar o cumprimento das determinações oficiais e impedir as remarcações de preço. Por toda a parte realizam-se manifestações espontâneas nos supermercados e outros estabelecimentos comerciais. Também repercutiu favoravelmente a decretação do seguro desemprego, que passa a ser uma conquista do proletariado. Embora com certas limitações, vem ao encontro dos sentimentos das massas tabalhadoras que ficavam ao desamparo com as constantes demissões de seus empregos.

Entretanto, o plano econômico do governo apresenta também limitações e deficiências. Os preços foram congelados no patamar mais alto e é sabido que nos últimos dois meses subiram aceleradamente. Tudo indica que os capitalistas conheciam de antemão os propósitos dos governantes. Mas os salários foram congelados no plano mais baixo, num arranjo matemático que os coloca em nível inferior ao alcance da inflação em fevereiro. O abono de 8% não compensa as perdas sofridas. Seria necessária uma elevação compensatória dos salários reais para garantir o poder de compra dos trabalhadores e manter certa expansão do mercado interno. Isto não se fez. Tampouco se procedeu a uma enérgica revisão dos preços abusivamente alterados na pressuposição de que iriam ser congelados. Nada justifica a manutenção, por exemplo, do preço do café, que de 25 mil chegou a 100 mil cruzeiros o quilo, em poucas semanas. Também a caderneta de poupança, se bem que seja mantida a correção monetária, já não pode ser acionada mensal-

**Livraria e Espaço Cultural**  
 editora  
**ANITA CARIBALDI**

Livros, obras de arte, artesanato, discos ...

**TUDO SOBRE:**

Política • Socialismo • Economia • Cultura  
 • Educação • História • Comunicação  
 • Artes • Filosofia • Literatura.

Aberto todos os dias das 9 às 20 hs.  
 Av. Brigadeiro Luz Antônio, 1511 - Tel. 251.2729  
 Bela Vista - São Paulo - Capital

mente. Os depositantes, em geral pessoas de poucas rendas, apenas poderão retirar qualquer parcela do seu dinheiro após cada três meses, a fim de não perder a vantagem dos juros.

As providências do governo no combate à inflação não vão às fontes de onde se origina, indiscutivelmente o pagamento da dívida externa e os juros respectivos. Têm, assim, alcance reduzido. O plano de estabilização pode estar comprometido a médio prazo. Se as medidas perdurarem por tempo maior, poderão trazer efeitos recessivos. A solução definitiva ainda não foi encontrada pelos governantes.

É salutar o esforço do governo no sentido de conter a inflação. Mas os problemas nacionais não se restringem à questão da inflação. Há outras questões de vital importância para o país, sem cuja solução nem mesmo o combate à inflação obterá completo êxito. Avulta o endividamento externo, causa principal das imensas dificuldades que o país atravessa. A equipe econômica do governo, como faziam os generais, renegocia a dívida, tenta ganhar tempo, entregando, porém, bilhões de dólares aos banqueiros estrangeiros a título de juros. Embora tenha resistido em certo grau ao FMI, as iniciativas tomadas não alteraram muito o quadro anterior. O pagamento da dívida, verdadeiro assalto à economia brasileira, prosseguirá. Ainda há pouco, o presidente Sarney, defendendo o desenvolvimento econômico, declarou ao banqueiro Rockefeller que "há vinculação inseparável e estreita entre o crescimento e o pagamento da dívida".

A equipe econômica insiste também, sob o pretexto de reduzir o déficit orçamentário, na liquidação de empresas do Estado, posição que coincide com a exigência do FMI. Em consequência, a desnacionalização da economia toma vulto. O governo iniciou, pressionado por forças reacionárias internas e pelos credores internacionais, a privatização de empresas estatais indispensáveis ao desenvolvimento independente do país. O leilão dessas empresas começou com a venda maciça de ações da PETROBRÁS em lotes vantajosos ao grande capital. Boa parte das ações caiu em poder de investidores estrangeiros, o que representa novo golpe no monopólio estatal do petróleo. A MAFERSA e várias siderúrgicas subordinadas à SIDERBRÁS já estão à venda. O presidente Sarney, em declaração recente, afirmou que "o programa de privatização prevê para este ano transferência para a iniciativa privada de 14 empresas".

No que se refere ao problema agrário, a posição do governo é ambígua. Linhas de financiamento da ordem de 1 trilhão de cruzeiros são abertas a reduzido número de influentes cultivadores ligados à exportação. Enquanto isso, a implantação do PNRA que alcança milhões de camponeses, recebe igual volume de recursos. E não é tudo. O Plano do Cerrado, que favorece apenas 500 famílias, dispende cada qual de 300 hectares, receberá 3,5 trilhões de cruzeiros à guisa de financiamento. Deste modo, a reforma agrária não se viabiliza. A prioridade é dada aos grandes produtores do campo.

Embora o governo fale seguidamente em austeridade, imprescindível ao saneamento das finanças, a prática parece ser outra. As Forças Armadas anunciam a execução de vasto plano de reaparelhamento. O Exército se propõe realizar um ambicioso projeto intitulado FT-90 (Força Terrestre 1990) que custará somas astronômicas. "O Estado de São Paulo", na edição de 11/12/85, atribuiu ao general Brum Negreiros a afirmação de que "só o Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército gastará Cr\$ 3 bilhões por dia". A Aeronáutica compra novos esquadrões aéreos. É a Marinha, aquinhoadada com 1% dos royalties do petróleo, não se sabe bem porquê, consumirá até 1991, 1,5 bilhão de dólares na construção de oito submarinos e corvetas, assim como uma série de navios de guerra, de patrulhamento e de aprendizagem. Adquirirá helicópteros e rebocadores de alto-mar com o objetivo de proceder ao reequipamento do corpo de fuzileiros navais, conforme declaração do almirante Henrique Sabóia. São gastos inad-



A reunião desenvolveu-se num clima de unidade e entusiasmo

missíveis, quando o país atravessa tantas dificuldades, e que não estão, em absoluto, relacionados com a defesa nacional - o Brasil não defronta nenhuma ameaça à sua integridade territorial. Visam unicamente aumentar a influência dos militares no país, que se voltam historicamente contra a democracia e o progresso social.

O governo Sarney apresenta o mérito de estar assegurando a transição democrática e de haver tentado enfrentar, em certa medida, o problema econômico-financeiro. Mas a transição que vem sendo realizada aponta objetivamente no sentido da consolidação do regime conservador, com nuances liberais. Nessa transição têm decisiva influência as classes dominantes que, na fase do arbítrio, aumentaram seu poder econômico e consequentemente político. Essas classes, com a situação criada após a derrubada da ditadura, esforçam-se por estruturar um sistema político e administrativo em sintonia com os seus interesses, que não são os da maioria da nação, contra as forças democráticas e populares.

**OS COMUNISTAS E O GOVERNO**

O Partido Comunista do Brasil encara o governo do presidente Sarney como resultado do desdobramento das contradições políticas que se processaram no final do período autoritário. Enquanto grande parte da nação mobilizou-se para exigir o fim do regime militar e mudanças substanciais no país, as forças conservadoras, apoiadas pelo capital estrangeiro, manobravam nos bastidores visando assegurar posições-chave no poder central. Tancredo Neves, que desempenhou importante papel na luta contra o despotismo, fez uma série de compromissos políticos antes de sua eleição: com os militares que deixavam o poder, com os banqueiros internacionais, com setores do empresariado. O Ministério e a política que anunciou refletiam esses compromissos.

A morte inesperada de Tancredo Neves levou à presidência da República o vice-presidente José Sarney que, pelas próprias circunstâncias em que chegava ao Planalto, não podia senão manter o quadro dos compromissos anteriormente estabelecidos. Político oriundo de um Estado economicamente atrasado, sem maiores ligações com grupos monopolistas poderosos, procurou situar-se numa posição democrática e até certo ponto progressista. No início do governo, tentou algumas medidas avançadas, como o primeiro esboço do plano de reforma agrária. Contra este esboço levantaram-se violentamente as forças da reação e do latifúndio, obrigando a um recuo da proposta oficial. Sarney divergiu da orientação comunista da área econômico-

social, substituiu o ministro da Fazenda. Apesar disso, a orientação que vinha sendo aplicada quanto à dívida externa não se alterou substancialmente. Carecendo de apoio político próprio, faz um governo de composição, dependente das forças conservadoras. Não pode, contudo, desprezar o apoio popular, indispensável à sua estabilidade. É um governo contraditório, sujeito a pressões e contrapressões. Lamentavelmente as correntes democráticas e as forças populares, divididas, não exercem eficazmente o papel que lhes compete. As pressões e ameaças reacionárias ainda não são respondidas à altura por aquelas correntes. Embora o movimento popular tenha avançado e obtido importantes conquistas, muito pouco fez como resposta à ofensiva dos latifundiários em frenética oposição à reforma agrária e a outras pressões, como é o caso da campanha de desestatização.

Dirigindo o país numa situação complexa, o presidente Sarney encontrou muitas dificuldades. Se bem que grande parte da nação tivesse aceitado sua investidura no cargo, setores equivocados contestavam (e contestam) a legitimidade de seu mandato. O PMDB, o principal partido do país, demonstrou vacilações e inconseqüências, negando-se a assumir as responsabilidades do poder. Na Aliança Democrática, reduzida a apenas dois partidos, verificam-se choques de interesses entre distintos grupos na luta por conquista de posições. Faltava ao governo uma base real de sustentação, apoiada num programa patriótico e efetivamente democrático. Estes fatos, e mais a inexistência de um poderoso movimento popular organizado, capaz de impulsionar a luta pelas mudanças, contribuíram para as oscilações da Administração Federal.

A política de favorecimento aos grandes capitalistas, em especial ao setor de exportação; a desnacionalização da economia, sob o disfarce de privatização de empresas estatais; o pagamento de juros da dívida externa que corrobora a espoliação do Brasil pelo capital estrangeiro; a falta de firmeza na aplicação do plano de reforma agrária, enquanto as massas populares suportam difícil situação, provocam crescente inquietação no seio do povo.

O PC do Brasil deu valiosa contribuição à estabilidade do regime democrático com o apoio que prestou ao governo na primeira fase de sua gestão. Diante do novo quadro da realidade brasileira, adota face ao governo do presidente Sarney uma posição independente (que sempre teve) e de firme contestação aos aspectos negativos da política que vem conduzindo. Denunciará as medidas que contrariem os interesses da nação e do povo. Protestará contra os atos de violência,

sobretudo no campo, cometidos por pistoleiros, grileiros e latifundiários acumpliciados com autoridades locais e contando com a negligência dos órgãos federais. Exigirá que os corruptos e mandantes de crimes atentatórios à pessoa humana, militares ou civis, sejam exemplarmente punidos. Opor-se-á à tolerância com os especuladores e os que estimulem o entreguismo e favoreçam os exploradores. Erguerá sua voz reclamando da lentidão das medidas de expurgo do entulho autoritário, bem como na aplicação do PNRA. Enfim, mobilizará o povo para exigir uma política de intransigente defesa dos interesses nacionais, de democratização da administração pública, de atendimento prioritário ao setor social, aí compreendido o melhoramento do nível de vida dos trabalhadores, uma política que conduza às mudanças de profundidade que se fazem necessárias e urgentes.

Mas os comunistas não farão oposição sistemática visando a desestabilização do regime enquanto assegure as liberdades, nem mesmo o desgate do governo, o que, na presente conjuntura, poderia facilitar o jogo da direita. As forças democráticas e progressistas defendem a existência de um sistema democrático em nosso país, indispensável à organização das grandes massas, à elevação de sua consciência política e à luta que desenvolvem por um futuro de liberdade, progresso e independência nacional. O desgaste do governo pode ocorrer, no entanto, como fenômeno objetivo. Ao negar-se a fazer as mudanças que a nação reclama, tentando conciliar interesses inconciliáveis, como na questão da dívida externa, ou ao combater a inflação penalizando os assalariados em geral, o governo acaba perdendo a confiança das massas.

Os comunistas, portanto, devem deixar bem marcada no curso da atividade política a

sua posição de independência e vigilância crítica em relação aos governantes. Haverá certamente concordância sempre que sejam adotadas, por pressão popular, medidas a favor da democracia, da soberania nacional e dos interesses das massas. Nunca, porém, em termos irrestritos.

Embora pessoalmente possa expressar tendências liberais democráticas, José Sarney preside um Estado essencialmente representativo de forças sociais e políticas reacionárias, ligadas ao capital estrangeiro. O Partido Comunista do Brasil (e grande parte do povo) propugna um governo que represente as forças progressistas da sociedade brasileira, com autoridade bastante para fazer frente à reação interna e ao capital estrangeiro de modo a tornar realidade as mudanças de fundo que se acham na ordem do dia.

**PERSPECTIVAS DA SITUAÇÃO POLÍTICA**

Que rumo tomam os acontecimentos políticos? O sentido mais geral da luta que se desenvolve no país apresenta-se com o caráter de confronto entre as forças democráticas e progressistas e os setores conservadores e reacionários. Esse confronto adquire formas diversas: políticas, econômicas e sociais, e se acentua no presente período de competição eleitoral, tendendo a exacerbar-se.

Depois da derrota sofrida com a instauração da Nova República, a direita rearticula-se. Procura manter e ampliar posições no governo, ao mesmo tempo que faz sorrateira oposição. Esforça-se por eleger numerosa bancada à Assembléia Constituinte e se prepara com vistas a chegar ao

Planalto em 1988. Com esse propósito faz intensa e dispendiosa campanha publicitária, usa fartamente o poder econômico e a corrupção em busca de apoios políticos. Trabalha desde já, com nomes, datas, articulações políticas etc. Jânio Quadros, reacionário e demagogo, é uma das alternativas que tem a direita para a sucessão presidencial. São Paulo, o Estado mais populoso e poderoso da Federação, é a base principal de operação das forças conservadoras. A direita forma caixinhas de fazendeiros e grandes capitalistas, com a cooperação do capital estrangeiro, arrecadando fundos de bilhões e trilhões de cruzeiros destinados à campanha eleitoral. Em termos de partidos políticos, a direita encontra-se principalmente no PTB (legenda de aluguel), no PFL e nos restos do PDS.

As correntes conservadoras atuam também no PMDB, organização de maior peso político no governo e no Congresso. Essas correntes opõem-se a quaisquer iniciativas mais avançadas no terreno democrático e na área econômico-social. Criam obstáculos de toda sorte à unidade e ao sucesso das forças democráticas e progressistas que são, em geral, discriminadas nas suas fileiras. Pretendem, igualmente, o poder central, em 1988, o que gera disputas regionais e de grupos dentro desse partido.

A corrente popular, democrática e progressista encontra-se disseminada em diversos partidos e organizações de massas. Potencialmente representa uma grande força, ainda que dispersa e sem rumos claros. Nas eleições de novembro passado, os candidatos eleitos às prefeituras das capitais, em esmagadora maioria, pertencem a essa corrente. A legalização dos partidos clandestinos, em especial o PC do B que cresce e amplia sua influência política veio reforçar as tendências progressistas. Igualmente as greves e atos de massa têm-se realizado obtendo expressivas vitórias. Vários Congressos e Encontros buscam o caminho da unidade e aprovam resoluções democráticas, patrióticas, de conteúdo popular. Prepara-se o congresso que criará uma central geral dos trabalhadores (CGT) voltada para a defesa das reivindicações justas dos assalariados urbanos e dos camponeses. A CGT está destinada a jogar papel dos mais destacados na luta econômica e política. Também as mulheres, os estudantes e a juventude se movimentam em favor da unidade e da ação comum contra as forças da reação e do atraso.

A pressão constante das massas pelo atendimento de suas reivindicações e por mudanças estruturais, e a luta pelo poder em que se empenham distintos grupos das classes dominantes, ensejam certa crise nos partidos políticos. Tem sido difícil manter a unidade do PMDB com o alargamento da contradição entre os setores conservadores, minoritários, e as alas democráticas e progressistas, marginalizadas pela direção partidária. O PDS se esfrangalha e seus membros dirigem-se a outras legendas, de preferência o PFL. O PDT, ao mesmo tempo que encena uma posição de esquerda, faz aliança com setores da direita, malufistas e chaguistas. O PT se debate entre o radicalismo estéril de Luiz Inácio, dos trotsquistas e dos renegados do

**Receba em casa**  
PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNIVOS

**A CLASSE OPERÁRIA**  
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

**Fazendo Já sua assinatura**

**Sim ou quero receber A Classe Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, no valor de Cr\$ 25.000 - Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511 - Fone: 251-2729 - CEP 01317**

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_  
Estado \_\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_\_

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Mauricio Grabois

**A CLASSE OPERÁRIA**  
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
COMECOU A BATALHA ELEITORAL.  
Os comunistas lutam e votam para consolidar a democracia

marxismo e a orientação "diferente disto que aí está" da ala moderada do partido. Os revisionistas do PCB subdividem-se em diversas ramificações reformistas. No fundo desta crise encontra-se a luta entre os setores progressistas da população e as forças conservadoras.

É previsível que a situação se desenvolva este ano dentro de um quadro tumultuoso e de muitas lutas. Os latifundiários opõem-se drasticamente à reforma agrária, armam-se objetivando esmagar os camponeses; os banqueiros internacionais "endurecem" suas exigências quanto ao pagamento da dívida e pedem tratamento mais liberal ao capital estrangeiro; os grandes empresários e os bancos brasileiros apegam-se aos seus privilégios. A reação quer que se ponha "ordem na casa". Por sua vez a campanha eleitoral é um fator de acirrada disputa entre os partidos políticos, entre os distintos segmentos da sociedade. O povo brasileiro vai reclamar a solução dos problemas que afligem a nação. As manifestações espontâneas pelo congelamento de preços são indícios da disposição de luta das massas.

Em face dessa perspectiva, impõe-se a apresentação de uma alternativa política para o momento que atravessamos. Setores que se dizem avançados propõem a criação de uma Frente de Esquerda ou Frente Progressista englobando os partidos atuantes nessa área. Não formulam programas, acenam simplesmente com as bandeiras de mudanças em termos muito gerais, ou com a oposição ferrenha ao governo, como se este fosse o único obstáculo ao progresso social. O PC do Brasil faz sérias restrições a essa alternativa. Uma frente desse tipo tem sentido de cúpula e limita a unidade das correntes democráticas e progressistas, uma vez que existem forças com essas características em outras organizações partidárias, e em entidades e instituições diversas. Vale notar que certos partidos intitulados de esquerda fazem estreitas alianças com a reação, procurando crescer a qualquer preço, visando fins exclusivistas e sem levar em consideração o elemento fundamental contra o qual se deve unir a maioria da nação - a direita. No que concerne à indicação de um caminho viável, o PC do Brasil parte do fato de que a direita se rearticula, buscando agrupar-se para deter o movimento democrático e progressista em crescimento a fim de consolidar o regime conservador, antidemocrático e antinacional, em essência. Esta a questão fundamental. Surge daí a necessi-

dade da construção de uma ampla frente do povo para derrotar a direita e seus projetos políticos, se se quiser realmente o movimento por transformações substanciais no país. Uma frente do povo que se assemelhe à do grande movimento popular e democrático de 1984, que varreu o regime militar. Ou seja, a união do povo pela base, reunindo pessoas de todas as tendências, de filiações partidárias diversas, pugnando por objetivos concretos decorrentes do momento que vivemos. Fortalecerão esse movimento todos os setores democráticos da sociedade, todas as forças que desejam efetivas mudanças, os partidos realmente interessados na conquista de um futuro melhor para o país. O programa mobilizador terá que fixar questões como: a suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros, a aplicação imediata do plano de reforma agrária e sua ampliação, a defesa da economia nacional, o combate à inflação sem penalizar o povo, as reivindicações proletárias da atualidade e uma Constituinte democrática e progressista. É esta alternativa - uma frente do povo constituída pela base - que, a nosso entender, corresponde à realidade atual.

A situação é favorável às forças que empunham a bandeira do progresso. Apesar das maquinações ameaçadoras dos setores mais reacionários, é inegável o crescimento das correntes que desejam mudanças e lutam por alcançá-las. O embate por uma Constituinte livre e soberana com uma composição social predominantemente anticonservadora, a mobilização de grandes massas na campanha eleitoral de 15 de novembro e nas ações unitárias a favor das reivindicações populares, ajudam a forjar a unidade do povo e criam condições à conquista de expressivas vitórias no plano político.

**AS TAREFAS DOS COMUNISTAS**

O Partido Comunista do Brasil está convocado a desempenhar função importante no processo político em marcha. Muitas são as tarefas que deve realizar. As principais podem ser assim explicitadas:

**1. UNIDADE**

A união do povo brasileiro, das forças democráticas e progressistas, da classe operária e do campesinato é questão essencial. Somente deste modo o povo conseguirá vencer os inimigos da liberdade, do progresso, da independência nacional - os latifundiários, os



O deputado comunista Aurélio Perez

grandes capitalistas, os espoliadores estrangeiros. É preciso evitar a dispersão dos intentos divisionistas que dificultam a unidade, procurar formas de aproximação e de ação comum, sem se deixar confundir com os manejos de grupos e partidos que se dizem de esquerda mas concretamente fazem o jogo da direita. A unidade dos setores democráticos e progressistas não será construída dentro de esquemas estreitos que, na prática, reduzem o alcance da unidade e isolam as correntes avançadas, nem à margem dos movimentos políticos, sindicais e populares tal como se apresentam no momento. É atuando dentro desses movimentos que se neutralizarão os adversários da unidade e se criarão condições para fazer avançar o processo de unificação do povo. Os congressos da CONCLAT, da CONAM e da UNE merecem a maior atenção dos comunistas, tendo em conta o fortalecimento da unidade de distintos setores que deles participam. Lutando pela unidade, visamos igualmente fortalecer as organizações de massas, como os sindicatos, as associações de bairros, os diretórios e os gremios estudantis, o movimento das mulheres, dos negros, dos jovens e dos índios.

**2. CONSTITUINTE**

Cabe-nos desenvolver a luta por uma Assembléia Constituinte livre e soberana. Precisamos esclarecer o povo sobre a importância dessa batalha política, debater nos comícios, nas reuniões, em toda a parte, os principais temas que envolvem a elaboração de uma carta magna democrática e progressista, tendo em conta desenvolver um movimento de opinião pública favorável às mudanças que o povo reclama. Deve-se considerar que a disputa eleitoral será intensa, os conservadores e os reacionários tudo farão para eleger a maioria dos membros da Assembléia. A participação popular na campanha pela eleição dos constituintes é indispensável e terá de manter-se também na fase posterior ao pleito, isto é, durante a elaboração da Constituição, com o propósito de exigir a adoção de dispositivos concordantes com as aspirações dos trabalhadores e da maioria da população. Simultaneamente com a luta pró-Constituinte livre e soberana, impõe-se a defesa do regime democrático, das liberdades, da ampla colaboração do povo nos debates, sem o que a campanha pela Constituinte perderá força e não alcançará os objetivos projetados.

**3. BANCADA COMUNISTA**

Pela primeira vez, depois da conquista da legalidade, o PC do Brasil concorrerá ao pleito de novembro de 1986, com candidatos inscritos sob a sua legenda. Tem enorme significado a eleição de numerosa bancada comunista à Assembléia Nacional Constituinte e às Assembleias Legislativas. Esta é uma das mais destacadas tarefas do Partido no decorrer deste ano. Seu êxito demanda a aplicação de uma correta política de alianças que permita ampliar a influência das forças progressistas na campanha eleitoral. Dentro do possível, os comunistas ajudarão a eleger amigos e aliados do Partido concorrendo por outras legendas. Nos pleitos majoritários procurarão tornar vitoriosas as candidaturas que contribuam para reforçar a luta do povo brasileiro por sua libertação do atraso, da reação e da espoliação do capital estrangeiro. Centenas de candidatos do PC do Brasil em todo o país terão de ir à praça pública, às portas das fábricas, aos bairros populares, às organizações de massa, às feiras, aos centros de trabalho no interior, à casa de amigos, a reuniões massivas, a toda a parte onde houver gente do povo, a fim de explicar a orientação do Partido, conquistar votos e mobilizar ativistas dispostos a ajudar a eleição de verdadeiros representantes do povo no pleito de 1986. Só com atuação abnegada e ininterrupta, dia e noite, e desde já, os comunistas alcançarão a vitória nas urnas. Os candidatos dos ricos contarão com recursos imensos para fazer propaganda e tentar comprar votos. O PC do B, no seu conjunto, terá de empenhar-se a fundo na luta eleitoral, compensando a falta de dinheiro com a atuação organizada e a atividade pessoal junto às massas, de forma direta e convincente.

**4. LUTAS POPULARES**

Na atividade geral de massas, o PC do Brasil procurará desenvolver a luta pela suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros e pela concretização do plano de reforma agrária, organizando as massas para conquistar a terra e combater a violência dos latifundiários. Concomitantemente, o Partido apoiará por todos os meios ao seu alcance as reivindicações proletárias que se encontram na ordem do dia - reajuste salarial para recompor o poder

aquisitivo dos trabalhadores, 40 horas de trabalho semanal, estabilidade, legalização das comissões de empresa, liberdade sindical, assim como os reclamos dos bairros, das organizações femininas, dos jovens, dos negros, dos índios etc.

**5. INTERNACIONALISMO**

A intervenção dos imperialistas norte-americanos, inimigos do nosso povo, na Nicarágua, em El Salvador, em Angola e noutros países, bem como a interferência social-imperialista em terras estranhas, precisam ser condenadas com firmeza. Todo o apoio à Nicarágua independente e revolucionária! Todo o apoio ao povo chileno que combate a ditadura terrorista de Pinochet! Solidariedade aos que lutam no Haiti e nas Filipinas por liberdades e governos democráticos! Defesa da causa palestina! Extradicação do execrável chefe de polícia haitiano asilado em Fernando de Noronha! O povo brasileiro deverá tomar parte ativa na luta contra o apartheid dos racistas da África do Sul que se equiparam em crueldade e desumanidade ao nazismo de Hitler. O PC do Brasil prosseguirá defendendo a Albânia socialista, alvo constante da propaganda mentirosa e dos ataques de todo tipo dos imperialistas, dos reacionários, dos titistas e dos revisionistas.

**6. O PARTIDO**

O êxito de nosso trabalho nas distintas frentes de luta reside fundamentalmente no fortalecimento orgânico, político e ideológico do Partido. O PC do B cresceu desde que alcançou a vida legal, mas não o bastante. O crescimento é, em boa parte, superficial, sem a necessária estruturação das bases. A linha e as tarefas partidárias nem sempre são assimiladas pelos militantes, o nível ideológico, se bem que tenha melhorado com a realização de cursos, é ainda precário. A imprensa partidária - jornais, revistas e livros - tem pouca divulgação e não é suficientemente utilizada como instrumento de trabalho junto às massas e para melhorar a qualidade da militância comunista. É indiscutível que todas as questões essenciais colocadas diante do povo e à espera de solução dependem em muito da atividade de um partido de vanguarda, bem estruturado, numeroso, disciplinado, estreitamente ligado às massas como deve ser o PC do Brasil. Assim, no curso da realização das nossas tarefas, o fortalecimento e a

consolidação do Partido terão de merecer permanente atenção.

São estas as principais tarefas do Partido Comunista do Brasil. Cumprindo-as, daremos valiosa contribuição à luta libertadora do nosso povo, conquistaremos importantes posições para levar adiante o combate à espoliação imperialista, ao latifúndio retrógrado, à reação em geral. Alcançaremos uma nova vida de liberdade, progresso, cultura e independência nacional em marcha para o socialismo.

O Partido Comunista do Brasil, que este mês comemora o 64º aniversário de sua fundação, caminha a passos seguros na estrada real do seu pleno desenvolvimento como organização de vanguarda do proletariado, levantando a bandeira invencível do marxismo-leninismo. Fiel ao seu passado de lutas, coerente com os princípios revolucionários que sempre defendeu, há-de conquistar neste ano de grandes ações políticas, novas e destacadas vitórias.

**OPC do B comemora 64 anos de lutas no dia 25 de março - 1922 - 1986. Participe dos atos públicos programados em todo o Brasil.**

**ERRATA**  
No último número de A Classe Operária, na página 2, matéria sobre a Juventude Socialista, cometemos um equívoco. Uma das coordenadoras nacionais da UJS, Sônia Oliveira, foi eleita coordenadora geral no Congresso da UJS em Vitória, no Espírito Santo, foi Apolinário Rebelo.



"Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário". V.I. Lênin  
**LEIA, ESTUDE E DIVULGUE AS PUBLICAÇÕES DA EDITORA ANITA GARIBALDI**

<b>MARX E ENGELS</b>	
Sobre Literatura e Arte	Cr\$ 20,00
Ideologia Alemã	Cr\$ 33,00
Obras Escolhidas em 3 volumes - cada um	Cr\$ 90,00
Manifesto Comunista	Cr\$ 12,00
A Comuna de Paris	Cr\$ 20,00
Sindicalismo	Cr\$ 20,00
Sobre a Religião	Cr\$ 60,00
<b>MARX</b>	
Origem do Capital	Cr\$ 35,00
Fornecedores econômicos pré-capitalistas	Cr\$ 26,50
Salário, preço e lucro	Cr\$ 15,00
Trabalho assalariado e capital	Cr\$ 12,00
Contribuição à crítica da economia política	Cr\$ 55,00
<b>ENGELS</b>	
Dialética da Natureza	Cr\$ 51,00
Anti-Dühring	Cr\$ 52,00
O papel do trabalho na transformação do macaco em homem	Cr\$ 9,00
Do socialismo utópico ao socialismo científico	Cr\$ 19,00
Origem da família, da propriedade privada e do Estado	Cr\$ 49,00
<b>LENIN</b>	
Sobre os Sindicatos	Cr\$ 35,00
O trabalho do Partido entre as massas	Cr\$ 35,00
O Estado e a Revolução	Cr\$ 38,00
1905 - Jornadas Revolucionárias	Cr\$ 20,00
As 3 Fontes e as 3 Partes constitutivas do marxismo	Cr\$ 20,00
Esquerdismo - Doença infantil do comunismo	Cr\$ 35,00
Imperialismo - Fase superior do capitalismo	Cr\$ 32,00
O programa agrário	Cr\$ 35,00
Sobre a emancipação da mulher	Cr\$ 46,00
<b>STALIN</b>	
Problemas Econômicos do Socialismo	Cr\$ 20,00
Questões Políticas	Cr\$ 20,00
O marxismo e o problema nacional e colonial	Cr\$ 35,00
Materialismo dialético e materialismo histórico	Cr\$ 16,00
<b>JOÃO AMAZONAS</b>	
Revisionismo chinês de Mao Tse Tung	Cr\$ 10,00
O trotskismo, corrente política contra-revolucionária	Cr\$ 2,00
Socialismo - Ideal da Classe Operária	Cr\$ 20,00
<b>ENVER HOXHA</b>	
Albânia - 40 anos desbravando a história	Cr\$ 15,00
Relatório ao 8º Congresso do PTA	Cr\$ 10,00
A Luta contra o revisionismo soviético	Cr\$ 25,00
<b>OUTROS AUTORES</b>	
Socialismo na Albânia - Jaime Sautchuk	Cr\$ 56,00
Albânia - Horizonte vermelho nos Balcãs - Luis Manfredini	Cr\$ 67,00
História da AP - da JUC ao PC do B - Haroldo Lima e Aldo Arantes	Cr\$ 58,00
Itinerário de Lutas do PC do B - Haroldo Lima	Cr\$ 7,00
Praxedis - Um operário no poder - Moacir de Oliveira F.	Cr\$ 36,00
Na sua compra acima de Cr\$ 50.000 ganhe um livro grátis. Pedidos para a Editora Anita Garibaldi Ltda. Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511. Fone: 251-2729 - CEP 01317. São Paulo - Capital. Cheque nominal, Vale Postal ou Reembolso Postal para pedidos acima de Cr\$ 50,00.	

# O proletariado comemora os 115 anos da Comuna de Paris

José Reinaldo Carvalho

O proletariado comemora em todo o mundo, no dia 18 de março, um dos mais assinalados acontecimentos da história da luta pelo socialismo. Nesse dia, há 115 anos, triunfava na capital da França a insurreição que levou ao poder a Comuna de Paris.

Foi a primeira vez na história que o proletariado ousava "tomar o céu de assalto", como disse Marx, realizando a revolução, derrubando a burguesia e conquistando o poder político.

## ANTECEDENTES

A insurreição proletária em Paris foi o resultado natural da evolução e do desenvolvimento da luta de classes na França. O segundo império, encabeçado por Napoleão III, semeava a insatisfação em todo o povo francês. A França era então o reino da pobreza, do desemprego, das insuportáveis condições de trabalho, das jornadas extenuantes. Muitas foram as lutas dos trabalhadores, destacando-se entre estas a grande greve dos mineiros em 1869.

Nas massas populares reforçava-se cada vez mais a idéia de lutar por um regime republicano. Em janeiro de 1870 Paris era palco de grandiosa manifestação pública, com a participação de 200 mil pessoas que bradavam: "Morte aos Bonapartes!" "Viva a República!". É nesse quadro que eclode a guerra franco-prussiana, resultado das maquinacões dos círculos mais reacionários das burguesias francesa e germânica. Napoleão III tenta aproveitar a conflagração como meio de recompor-se politicamente na frente interna.

Mas, esgotada pela impossibilidade de contar com o apoio do povo francês, que lhe votava um ódio de morte, e desmoralizada pela vergonhosa performance na frente de batalha, a monarquia foi derrubada em setembro de 1870.

Quando as tropas germânicas cercam Paris e ocupam uma parte da cidade, os operários franceses, preocupados com os destinos da pátria, exigem do novo governo republicano armas para combater o inimigo. A pressão popular leva à criação da Guarda Nacional, composta de voluntários operários, artesãos, funcionários, camponeses e intelectuais.

Assim, o proletariado e o povo assumiam em suas mãos a defesa da cidade, demonstrando ardor patriótico no enfrentamento com o ocupante. Isto amedrontou a burguesia francesa, temerosa de que o proletariado voltasse as armas contra ela. Marx disse com acerto: "Uma vitória de Paris sobre a agressão prussiana seria uma vitória do operário francês contra o capitalista francês".

O governo republicano, mostrando seu caráter de classe burguesa e suas inclinações políticas reacionárias, entrou em conversações secretas de paz com os agressores, sabotou a Guarda Nacional e procurou destruir suas fileiras. Thier, empossado chefe de governo em fevereiro de 1871, assinou um acordo de paz desfavorável à França e cedeu aos agressores prussianos os territórios da Alsácia e da Lorena.

## A INSURREIÇÃO

A nova situação criada pelo ato de traição nacional do governo de Thier colocou para o proletariado duas gigantescas tarefas: de um lado, a libertação nacional, de outro a sua própria libertação social.

O Comitê Central da Guarda Nacional, criado em fevereiro de 1871, assumiu a organização da insurreição armada, tornando-se a direção política e militar da revolução.

Na madrugada de 17 para 18 de fevereiro de 1871, Thier iniciou as ações militares de grande envergadura para desarmar os operários parisienses e prender os membros do Comitê Central da Guarda Nacional. Os operários deflagram então a insurreição armada, derrubando o poder da burguesia.



Ao meio-dia de 18 de março, a Guarda Nacional ocupa o centro da cidade. Em poucas horas são tomados os principais quartéis e prédios governamentais. As escondidas, o governo bate em retirada, sediando-se em Versalhes.

O Comitê Central assume o poder estatal em Paris, toma as primeiras medidas para a defesa do país e do regime republicano, arma os operários e concita-os à mobilização e à vigilância. Imediatamente organiza eleições para o Conselho da Comuna. Foram eleitos 85 representantes do povo, dos quais cerca da metade era composta de operários. Em 28 de março, numa grande e entusiástica manifestação pública, era proclamado o novo poder: A COMUNA DE PARIS. O CC da Guarda Nacional anunciava ao povo a passagem do poder à Comuna, sob aclamações "VIVA A COMUNA" e ao canto do hino A MARSELHESA.

## O GOVERNO DA COMUNA

A Comuna governou Paris com as massas. Promoveu a mais ampla democratização. As reuniões do Conselho da Comuna eram abertas, realizavam-se na presença das massas e muitas das sugestões das pessoas simples do povo eram transformadas em leis.

Muito embora não tivesse tempo de realizar sua missão, a Comuna tomou importantes medidas para melhorar as condições de vida e trabalho da classe operária. Proclamou obrigatório o ensino de 1º grau que passou a ser geral e gratuito. Organizou pela 1ª vez na França o ensino profissional, lançando as bases para a ligação da escola com a produção. Elaborou um plano para a construção de creches e jardins de infância para os filhos dos trabalhadores. Os teatros passaram ao controle dos coletivos de artistas e funcionários.

Ao mesmo tempo que caracterizava, com tais medidas, uma gestão popular, a Comuna assumia a feição e o caráter de um estado de novo tipo: surgia, pela primeira vez na história, a ditadura do proletariado, o poder estatal dos operários e do povo em armas. A Comuna liquidou o velho parlamentarismo e concentrou numa única instituição os poderes legislativo e executivo. Organizou um novo aparelho estatal, descentralizou e democratizou a administração pública. Destruiu o velho exército, sustentáculo do regime burguês. No lugar da velha polícia, instauraram-se as milícias populares. Todos os funcionários da administração pública passaram a ser eleitos e a prestar contas de seus atos diretamente aos eleitores. Os salários dos altos funcionários foram rebaixados e os de cargos inferiores tiveram seus vencimentos aumentados. A Comuna promoveu também uma reforma no poder judiciário e a separação

da Igreja do Estado.

## O HEROÍSMO DOS COMUNARDOS

A insurreição de 18 de março de 1871 em Paris motivou a eclosão de levantes armados em vários outros centros operários da França, como Marselha, Lyon e Toulouse. Mas foram sufocados, ou pela reação interna ou pelos invasores prussianos.

Em Marselha, o governo de Thier recompôs rapidamente suas forças, reuniu mais de 40 mil soldados e ainda contou com a ajuda direta da Prússia, que liberou cerca de 100 mil soldados franceses até então mantidos prisioneiros de guerra.

A 2 de abril começava a contra-ofensiva para derrotar a Comuna, com o início de bombardeios sobre Paris. A partir de 20 de maio ocorreu o que a história registra como a "semana sangrenta", uma luta desigual entre as forças do proletariado e as da burguesia. Nesses dias escreveram-se as mais brilhantes páginas de generosidade revolucionária, abnegação e heroísmo. Toda a Paris ficou conflagrada. Lutava-se em cada bairro, cada rua, cada casa. Homens e mulheres, velhos e jovens e até crianças tombavam com gritos de guerra nos lábios e o estandarte vermelho nas mãos. Particularmente as mulheres deram nas barricadas exemplos de destemor e entrega à causa da libertação da humanidade. Mais de 10 mil das filhas da classe operária irrigaram com seu sangue o solo francês.

Um dos últimos redutos da luta foi o cemitério de Père Lachese. Ali tombaram 200 bravos. A 28 de maio caía a última barricada num bairro operário de Paris. Vencia a contra-revolução.

30 mil revolucionários morreram, mais de 40 mil foram desterrados para colônias distantes, onde a maioria sucumbiu às doenças, às intempéries da natureza, ao suplício dos trabalhos forçados. A burguesia calçava em sangue a reconquista do seu poder.

Engels escreveria depois: "O muro dos Comunardos é ainda hoje um testemunho mudo, mas vivo, do furor de que a classe dominante é capaz de desencadear quando o proletariado ousa defender seu direito".

A Comuna caiu, mas deixou grandes lições para o proletariado do mundo inteiro. Constituiu a primeira grande experiência de luta aberta contra a burguesia. Exerceu influência em todas as lutas proletárias posteriores, mostrou a importância da luta decidida para enfrentar a violência contra-revolucionária. Indicou a necessidade de a classe operária conquistar o poder, demolir a velha máquina estatal, construindo um estado inteiramente novo.

Na passagem do 115º aniversário da Comuna de Paris, o proletariado brasileiro rende sua homenagem aos Comunardos, reafirmando sua decisão de lutar por um regime novo, superior, o socialismo.

# Mensagem às mulheres de todo o Brasil



Mesa que presidiu a solenidade em homenagem às mulheres. No quadro, a companheira João discursando.

**A luta da mulher brasileira contra as discriminações e por sua verdadeira emancipação conta com o incentivo e o firme apoio dos comunistas do PC do B. O despertar das mulheres na vida social, política e econômica e o aumento de sua capacidade para lutar constituem um dos fenômenos mais importantes da vida brasileira nas últimas décadas. Eis a íntegra da Mensagem às Mulheres de Todo o Brasil, lida e aclamada na Reunião Pública da Direção Nacional.**

Neste 8 de março, quando se comemora em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), reunido em Brasília, em sua primeira reunião pública nestes últimos 39 anos, vem saudar as mulheres do nosso país, em especial as mulheres trabalhadoras das cidades e do campo. A caminhada histórica das mulheres contra a opressão a que estão submetidas ganhou força neste último século, vinculada à luta da classe operária pela sua completa emancipação. As mulheres vêm avançando em suas conquistas, elevando sua consciência política, desenvolvendo suas organizações.

Da longínqua greve geral de 1917, em São Paulo, iniciada com a paralisação das operárias da fábrica Crespi, passando pelas jornadas anti-fascistas da Segunda Guerra, até as duras jornadas pela anistia e pelas manifestações democráticas em prol do fim do regime militar, a mulher brasileira vem participando ativamente da história do seu país.

Mesmo sob o peso das enfadonhas tarefas domésticas ou da estafante dupla jornada, em casa e no trabalho, as operárias, as camponesas, as donas-de-casa, as profissionais liberais, as artistas, ainda encontram tempo para tomar parte na vida e nas batalhas do povo.

As mulheres são a metade da população brasileira. Sua presença nas lutas é a esperança de que o Brasil pode alcançar as mudanças tão almejadas pelo nosso povo e pelas quais tanto tem batalhado.

Hoje, as mulheres estão nas ruas, reivindicando creche para seus filhos. Lutam por igualdade no trabalho e pela proteção à maternidade. Pleiteiam do Governo uma assistência integral à sua saúde com orientação e recursos para um adequado planejamento familiar. Combatem a violência específica que se abate sobre elas. E, agora, transformam-se em fiscais do povo, procurando garantir o congelamento dos preços há tanto tempo reclamado!

Nesse processo de participação debatem seus direitos, formulam suas propostas e se mobilizam para garanti-las na Assembleia Nacional Constituinte que será eleita em novembro. O PC do B, neste 8 de março

## Calorosa mensagem de uma veterana combatente

A camarada Maria Trindade, antiga combatente do Partido, mulher que simboliza a porfia das comunistas brasileiras através de imensos sacrifícios, enviou do Rio Grande do Sul esta mensagem.

"Ao camarada João Amazonas Brasília - DF

A vida preserva alegrias como essa: a Reunião Pública de nosso glorioso Partido após tantos anos de perseguição. Que esse momento importante e fecundo do nosso povo, fortaleça ainda mais o Partido Comunista do Brasil para continuar a luta pela democracia, a liberdade e a independência nacional rumo ao socialismo".

de 1986, não pode deixar de erguer suas bandeiras em homenagem às mulheres brasileiras, lutadoras, combatentes da causa popular. Com saudades, relembra as mulheres que foram sacrificadas nos cárceres da ditadura, que tombaram em praça pública defendendo a liberdade, que entregaram suas próprias vidas no combate por um futuro melhor, em particular as 12 valorosas companheiras mortas na Guerrilha do Araguaia.

O PC do B saúda as mulheres brasileiras neste dia e as

convoca a tudo fazerem para fortalecer a unidade do nosso povo, para barrar o avanço da reação e da direita. Conclama as mulheres a engrossar as fileiras comunistas no combate por um Brasil livre, democrático, independente e socialista.

VIVA A UNIDADE E A LUTA DO POVO!  
VIVA A CAMINHADA EMANCIPADORA DA MULHER!

VIVA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER!

Uma grande obra por apenas Cz\$ 25,00

ENVER HOXHA  
**A LUTA CONTRA O REVISIONISMO SOVIÉTICO**

Discurso na Conferência dos 81 partidos comunistas e operários, realizada em Moscou, em 1960.



EDITORA ANITA GARIBALDI  
ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE BRASIL-ALBÂNIA

Pedidos para Editora Anita Garibaldi Ltda  
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1511 - Bela Vista - SP - CEP 01317  
Fone 251-2729. Atendidos por Reembolso Postal ou através do envio de boleto postal, cujo prazo é de 15 dias.

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

No dia 24 de abril às 20 horas  
Não deixe de ligar sua TV.

A palavra do PC do B vai estar no ar

Rede de emissoras de rádio e TV transmitirá o programa do Partido Comunista do Brasil no dia 24 de abril, às 20 horas. Todos os filiados do Partido devem fazer propaganda dessa conquista democrática, distribuir folhetos, mobilizar pessoas para assistirem coletivamente, organizar discussões sobre o programa antes, durante e após a emissão. Quem puder, grave o programa em vídeo tape para posterior divulgação em sua região. O PC do B vai falar a milhões de brasileiros. Aproveitar o programa para divulgar, fazer propaganda e filiar ao Partido.

# Sobre a campanha eleitoral de 1986

O PC do Brasil prepara-se para a eleição de 1986. Será a primeira vez, desde 1947, que o Partido, com sua legenda própria, poderá exercer o direito político elementar que há décadas lhe foi usurpado. Ao definir suas orientações para o pleito, o Partido proclama, antes de tudo, que este direito reconquistado resultou da luta vitoriosa do nosso povo por liberdades políticas, da qual os comunistas participaram durante todo o tempo, com decisão e bravura.

A eleição prevista para novembro próximo será acontecimento de relevância nacional. Em pauta estará a indicação dos futuros constituintes, dos deputados às Assembléias Legislativas e dos governadores dos Estados. É evidente que em luta deste porte uma vitória popular significativa não surgirá facilmente. Desproporcionais serão os recursos financeiros à disposição das representações políticas das diferentes classes. Um triunfo expressivo de nosso povo dependerá da realização de uma vigorosa campanha onde os combatentes da democracia e do progresso desfraldem as bandeiras libertárias e populares.

Grande é a responsabilidade dos comunistas no desempenho dessa batalha. Como força consciente que se inspira numa doutrina de caráter científico, o PC do B não medirá esforços no sentido de conseguir o melhor desenvolvimento dessas jornadas e nelas destacar suas teses patrióticas e democráticas. O Partido observará, a partir de agora, as seguintes normas de conduta.

Ao Partido interessa a mais ampla divulgação da sua legenda durante a campanha eleitoral. O lançamento de candidatos na sigla do PC do B é uma condição favorável para que a propaganda parti-



Haroldo Lima apresentou em nome da Direção Nacional a proposta do Partido para as eleições

dária possa crescer. No entanto, o Partido enfrentará alguns problemas. Recém-saído de quase 40 anos de ilegalidade forçada, dos quais vinte de implacável perseguição, o Partido se ressentida ausência de número maior de quadros conhecidos. A sua base organizativa não é, em todos os Estados, suficientemente grande. Portanto, as condições para apresentar candidatos aos diversos cargos, em todas as Unidades da Federação, não estão dadas. Em que pese o crescimento excepcional que tem tido, da fase final da ditadura até os dias de hoje, faz-se necessária uma cuidadosa análise das nossas possibilidades políticas eleitorais, em cada Estado, para o lançamento de candidatos pela legenda comunista.

Nas eleições para governador, o Partido continuará com a orientação vitoriosa que pôs em prática, no ano passado, quando da escolha dos prefeitos das capitais. For-

talecerá nos Estados o setor mais progressista e que tenha as melhores condições de aglutinar forças contra as oligarquias, a reação e o continuísmo conservador. Não dividirá a frente mais avançada politicamente com posições sectárias e grupistas que apontam para o isolamento político e ajudam objetivamente as forças reacionárias.

Ao apoiar o setor mais avançado para a eleição majoritária estadual, o Partido deverá buscar entendimentos claros com este setor, as mais das vezes do PMDB, a fim de que sejam garantidos aos comunistas espaços políticos na campanha correspondentes à nossa força e importância.

Especial atenção será dada às candidaturas à Constituinte. Não se pode perder de vista o grande valor que terá para a luta geral de nosso povo a eleição de uma expressiva bancada comunista ao Congresso. Todos devem fazer o máximo esforço para con-

seguir este objetivo, decidindo sempre de acordo com a direção nacional, sobre a utilização ou não da legenda própria para lançar candidatos. Poderá haver casos em que a legenda possa ser usada no sentido de popularizar o Partido e suas idéias, mesmo não existindo, aparentemente, as condições eleitorais básicas.

## 2. SOBRE AS COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS

Pela legislação publicada no Diário Oficial, a possibilidade de realizar coligações partidárias nas próximas eleições está dificultada. O Partido continuará lutando para que prevaleça uma legislação que facilite a concretização das coligações e não as dificultem ou impeçam.

Independente das dificuldades maiores ou menores que venham a predominar na legislação, os comunistas buscarão coligar-se com o partido que, no Estado, apresente a alternativa viável mais avançada. Diferentes variantes precisam ser analisadas, podendo o PC do B usar sua própria legenda, na coligação, objetivando apresentar candidatos a deputado federal e estadual ou apenas a deputado estadual.

A participação do Partido em coligação conduz à necessidade de indicar pequeno número de candidatos, não só porque as vagas que devem ser acertadas previamente com o partido coligado são poucas, mas também, porque um número maior de candidatos divide os votos e dilui o esforço do Partido. Situação inteiramente distinta acontecerá se o Partido não se coligar, por qualquer razão. Nesse caso um número bem maior de candidatos deverá ser indicado pois a votação de cada um reforçará a legenda.

A experiência tem mostrado que a construção partidária é facilitada quando se conta com parlamentar estadual, mesmo onde não haja deputado federal comunista. Convém levar em conta que o interesse dos partidos maiores, com candidato próprio a governador, às vezes se circunscreve ao pleito

majoritário. Nas circunstâncias atuais, a participação em coligação para o pleito proporcional pode ajudar significativamente o PC do B, razão por que especial atenção deve-se ter em selar compromissos que viabilizem a coligação para a disputa proporcional.

## 3. SOBRE AS ALIANÇAS OU "DOBRADINHAS"

A aliança ou "dobradinha" privilegiada é aquela estabelecida entre os candidatos do nosso Partido.

A campanha dos candidatos comunistas deve procurar integrar-se na campanha maior que envolver os candidatos aos cargos majoritários, ajudando essa campanha e beneficiar-se dela. Será possível e conveniente, em locais determinados, a "dobradinha" de um candidato comunista com outro não comunista. Nesses casos, é importante acertar com esses aliados uma linha de campanha progressista, de tal forma que a legenda do PC do B na "dobradinha" não fique politicamente comprometida. As alianças devem ser vistas como meio de melhorar o desempenho eleitoral, além de ampliar a influência política. Elas viabilizam o acesso a áreas dificilmente acessíveis aos nossos candidatos. Implicam em vantagens recíprocas, que precisam ser bem classificadas. E devem atingir bases territoriais novas - cidades e municípios - ou faixas sociais determinadas - categorias profissionais e setores de atividade.

## 4. SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA CAMPANHA

A campanha eleitoral, para ser bem desenvolvida, implica em acertos, coligações, "dobradinhas". Mas o empenho maior que os comunistas farão será no sentido de realizar uma campanha de massas. O Partido acredita nas suas idéias programáticas, na força de convencimento das suas análises e posições. Por isso, vai ao povo com audácia e confiança. A influência política cresce, a possibilidade de organizar o Partido também, e, naturalmente, o voto será ganho. Não apenas os votos dos comunistas, mas os de todas as camadas populares devem ser buscados.

Há que observar com atenção quem, na situação concreta de cada Estado, será o carro-chefe da campanha. Quando o candidato ao governo tiver uma postura progressista e não discriminatória, certamente ele "puxará" a campanha, que assim poderá desenvolver-se favoravelmente, inclusive para o PC do B. Em outras situações, o carro-chefe deverá ser o candidato dos comunistas à Constituinte.

O Partido, organizado em bases leninistas, nos locais de trabalho, de estudo e de moradia, deverá pôr em ação toda a sua estrutura para a luta política eleitoral. Cada organismo, no âmbito de sua jurisdição, dirigirá a campanha. Portas de fábricas, escolas e bairros são lugares a serem freqüentados pelos nossos candidatos, quadros, militantes e aliados, membros, todos eles, de nossos comitês eleitorais.

A pregação política precisa referir-se aos problemas do povo e da nação e apresentar as opiniões do Partido. Destaque deve ser feito a luta contra a ditadura militar e ao papel decisivo desempenhado pelo nosso movimento na vitória democrática. Em tal con-

texto, é necessário que a participação dos comunistas seja ressaltada como força que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, nunca arriou as bandeiras da defesa da nacionalidade, da democracia e dos direitos do povo. O tema das mudanças deve coroar toda essa propaganda, cuidando-se, entretanto, de não se cair na generalidade, mas falar das mudanças concretas que as massas estão a exigir.

No curso da próxima campanha eleitoral, o confronto de idéias estará presente desde o início, constituindo fator fundamental na formação da opinião pública. Nessa batalha ideológica e política, os setores populares, democráticos e, especialmente os comunistas, enfrentarão dificuldades decorrentes do uso intensivo e deformado que as classes dominantes fazem dos meios de comunicação de que dispõem. Nossos recursos e nossa força baseiam-se na justiça de nossas posições, na determinação e convicção com que as defendemos. O Partido cuidará de apresentar, em tempo, TESSES PARA A CONSTITUINTE a fim de armar os companheiros a respeito das nossas propostas e unificar a campanha. Guarda atualidade a palavra de ordem que levantamos em 1982: TRABALHO, TERRA, LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NACIONAL.

Nas eleições de 1985 certos candidatos revelaram-se propensos a uma atitude anticomunista, ora mais velada, ora mais aberta. Isto na faixa tida como progressista, na "frente" da qual participávamos. Não deveremos aceitar tal atitude antidemocrática e discriminatória. Sem rompantes, mas com firmeza, teremos de reagir a essa postura atrasada.

## 5. SOBRE A ESCOLHA DOS CANDIDATOS

Os candidatos do PC do B a um pleito são pessoas indicadas pelo Partido para uma tarefa específica. Ganhando a eleição, o quadro assume uma função pública, como delegado do Partido. A função é do Partido.

A fim de cumprir a contento essa tarefa, devem ser escolhidos candidatos que tenham presença ao lado das massas, que sejam ligados às suas lutas, acreditados junto ao povo e que sejam fiéis ao Partido. O candidato, desde o período da campanha, precisa pôr a sua tarefa de candidato a serviço do fortalecimento da organização partidária. Eleito, deve, na frente parlamentar, defender a linha do PC do B, divulgar seu nome e suas bandeiras e contribuir materialmente para o Partido.

Em algumas situações será possível sair com mais de um, e até com diversos candidatos, a deputados federais e estaduais. Quando tal acontecer o Partido definirá as candidaturas prioritárias, podendo a direção, com o objetivo de garantir as prioridades estabelecidas, promover os remanejamentos que achar necessários.

## CONCLUSÃO

Em todos esses anos de resistência antiditatorial os comunistas nunca recuaram diante da luta. É gloriosa a história do PC do B, escrita, muitas vezes com sangue, durante mais de seis décadas.

Participaremos, agora, em liberdade, de uma eleição, com nossa própria legenda, depois de 39 anos de dura ilegalidade.

Não frustraremos o povo brasileiro e especialmente o proletariado de nossa terra que, com razão, tem grande expectativa no partido dos comunistas, o PC do B. A próxima eleição reveste-se de um aspecto fundamental: o povo elegerá uma Assembléia Nacional Constituinte. A composição dessa Assembléia marcará fundo os rumos vindouros da nação, influenciará decisivamente na feição mais ou menos avançada da futura Constituição.

Em tais condições, os comunistas, atentos à sua responsabilidade histórica e convocados ao combate não hesitam e assumem a missão com destemor. Em todos os Estados brasileiros, a partir deste chamamento, a campanha irá para as ruas, as idéias progressistas serão divulgadas, as bandeiras desfraldadas. Com o vigor de uma campanha histórica, a vitória democrática não será baída.

